

LEI Nº 1956/2010



**"ESTABELECE REGRAS PARA A
REGULAMENTAÇÃO DA OBRIGAÇÃO
DE PEQUENO VALOR PARA ESTE
MUNICÍPIO. E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

A CÂMARA MUNICIPAL GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º ~~Fica definido o valor de R\$ 3.416,54 (três mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos) para fins de fixação de obrigação de pequeno valor no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação transitada em julgado.~~

Art. 1º ~~Fica definido o valor de R\$ 3.916,20 (três mil, novecentos e dezesseis reais e vinte centavos) para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2089/2012)~~

Art. 1º ~~Fica definido o valor de R\$ 4.159,00 (quatro mil, cento e cinquenta e nove reais) para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2170/2013)~~

Art. 1º ~~Fica definido o valor de R\$ 4.663,75 (quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2334/2015)~~

Art. 1º ~~Fica definido o valor de R\$ 5.189,82 (cinco mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos) para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2396/2016)~~

Art. 1º ~~Fica definido o valor de R\$ 5.531,31 (cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta e~~

~~um centavos) para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2458/2017)~~

~~**Art. 1º** Fica definido o valor de R\$ 5.645,80 (cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2549/2018)~~

~~**Art. 1º** Fica definido o valor de R\$ 5.839,45 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos) para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação transitada em julgado.. (Redação dada pela Lei nº 2673/2019)~~

~~**Art. 1º** Fica definido o valor de R\$ 6.101,06 (seis mil, cento e um reais e seis centavos) para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2741/2020)~~

~~**Art. 1º** Fica definido o valor de R\$ 6.433,57 (seis mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2821/2021)~~

~~**Art. 1º** Fica definido o valor de R\$ 7.087,22 (sete mil e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor – OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2890/2022)~~

Art. 1º Fica definido o valor de R\$ 7.507,49 (sete mil quinhentos e sete reais e quarenta e nove centavos), para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor - OPV no âmbito deste Município de Goioerê, em razão de condenação judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 2954/2023)

Parágrafo único. Os valores serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Fica expressamente vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório.

Parágrafo único. É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista no caput deste artigo.

Art. 3º No momento da expedição da obrigação de pequeno valor, dela deverá ser abatido, a título de compensação, o valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública deste Município de Goioerê, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

Art. 4º Os débitos de pequeno valor havidos em face da Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de condenações judiciais transitadas em julgado, dispensarão a expedição de precatório.

Art. 5º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 6º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º, o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 7º Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 1.727/2006.

Paço Municipal "14 de Dezembro", Em, 23 de novembro de 2010.

LUIZ ROBERTO COSTA
Prefeito Municipal